

Trabalho de Graduação  
Curso de Graduação em Geografia

Planejamento urbano: a relação dos espaços públicos de lazer com a qualidade de vida na cidade de Rio Claro/SP

Julia Storti Freitas

Prof(a).Dr(a). Marina Castro de Almeida

Rio Claro (SP)

2024

Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Câmpus de Rio Claro

JULIA STORTI FREITAS

**PLANEJAMENTO URBANO: A RELAÇÃO DOS ESPAÇOS  
PÚBLICOS DE LAZER COM A QUALIDADE DE VIDA NA  
CIDADE DE RIO CLARO/SP**

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro – SP

2024

F866p	<p>Freitas, Julia Storti</p> <p>Planjemento urbano : a relação dos espaços públicos de lazer com a qualidade de vida na cidade de Rio Claro/SP / Julia Storti Freitas. -- Rio Claro, 2024</p> <p>43 p. : tabs., fotos</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro</p> <p>Orientadora: Marina Castro de Almeida</p> <p>1. Planejamento Urbano. 2. Qualidade de vida. 3. Espaços públicos de lazer. I. Título.</p>
-------	--

JULIA STORTI FREITAS

PLANEJAMENTO URBANO: A RELAÇÃO DOS ESPAÇOS  
PÚBLICOS DE LAZER COM A QUALIDADE DE VIDA NA  
CIDADE DE RIO CLARO/SP

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto  
de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de  
Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista  
Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau  
de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Marina Castro de Almeida

Glaúcia Elisa Mardegan

José Renato Ribeiro

Rio Claro, 25 de Novembro de 2024.

Assinatura do(a) aluno(a)



assinatura do(a) orientador(a)



Dedico este trabalho a minha mãe, minha família e ao meu namorado, pelo amor incondicional, apoio e incentivo ao longo de toda a minha jornada acadêmica.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe, Fernanda, por ser meu alicerce e minha melhor amiga, por ter me feito quem eu sou e por não medir esforços para me ver conquistando meus objetivos.

Aos meus avós, Carlos e Rogéria, por serem minha base familiar e por sempre me incentivarem a seguir atrás dos meus sonhos.

Aos meus tios, Thales e Danilo, por toda parceria e por serem minha maior inspiração.

Ao meu primeiro amor e meu melhor amigo, Zico, por me trazer amor e conforto. Te amo para sempre!

Ao meu namorado, Bruno, por ser minha calma e estar ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis. Obrigada por tanto!

Por fim, à minha querida orientadora, Marina, por todo ensinamento e trabalho excepcional.

Gratidão a todos que fizeram parte dessa minha trajetória acadêmica e que, de alguma forma, contribuíram para meu desenvolvimento como pessoa e geógrafa.

*"Esse é o grande mistério das cidades: elas crescem e se modificam, guardando, porém, sua alma profunda apesar das transformações do seu conteúdo demográfico, econômico e da diversificação de suas pedras."*

*Milton Santos*

## **RESUMO**

O presente trabalho investiga a relação entre os espaços públicos de lazer e a qualidade de vida urbana, tendo em vista a importância do planejamento urbano para responder a seguinte questão: as praças públicas e os parques urbanos da cidade de Rio Claro/SP promovem o bem-estar populacional? A partir dessa perspectiva, o estudo foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo, a fim de compreender a realidade desses ambientes na composição do território urbano por meio de ferramentas teóricas da ciência geográfica. Os resultados encontrados revelam que a cidade possui uma quantidade considerável de praças e parques para o desenvolvimento do lazer e que esses ambientes proporcionam benefícios para a qualidade de vida de seus usuários, como: contato com a natureza, saúde física e mental, além do convívio em comunidade. No entanto, também verificou-se as consequências evidentes do escasso investimento público, como a falta de manutenção dos equipamentos e a sua forma de uso obsoleta. Conclui-se, então, que quando ofertados espaços públicos de lazer de qualidade, esses interferem de maneira significativa e positiva no desenvolvimento urbano e no bem-estar populacional.

**Palavras-chave:** planejamento urbano, qualidade de vida, espaços públicos de lazer.

## **ABSTRACT**

The present work investigates the relationship between public leisure spaces and the quality of urban life, considering the importance of urban planning to answer the following question: do public squares and urban parks in the city of Rio Claro/SP promote good -being population? From this perspective, the study was conducted through a bibliographical review and field research, in order to understand the concepts and reality of these environments in the composition of the urban territory. The results reveal that the city has a considerable number of squares and parks for the development of leisure and that these environments provide benefits for the quality of life of its users, such as: contact with nature, physical and mental health, in addition to socializing in community. However, there were also obvious consequences due to the lack of public investment, such as the lack of maintenance of equipment and its obsolete form of use. It is concluded, then, that when quality public leisure spaces are offered, they interfere in a significant and positive way in urban development and population well-being.

**Keywords:** urban planning, quality of life, public leisure spaces.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia aérea do Parque Lago Azul.....	25
Figura 2 - Praça Santana.....	26
Figura 3 - Praça Ruy Ladislau e Praça Prof. Dr. João Dias da Silva .....	27
Figura 4 - Praça localizada na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves .....	28
Figura 5 - Praça Aderval Gonçalves .....	29
Figura 6 - Parque Lago Azul .....	30
Figura 7 - Infraestrutura Parque Lago Azul .....	31
Figura 8 - Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade.....	33
Figura 9 - Museu do Eucalipto .....	33

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantificação dos espaços públicos de lazer conforme sua classificação .....	21
Tabela 2 - Quantificação das praças públicas conforme seu dimensionamento.....	22
Tabela 3 - Quantificação das praças conforme mobiliário .....	23

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER: UMA ANÁLISE CONCEITUAL A PARTIR DO PLANEJAMENTO URBANO .....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>CONTEXTO LOCAL: A CIDADE DE RIO CLARO .....</b>	<b>20</b>
4.1	Análise quantitativa dos espaços públicos de lazer .....	22
4.2	Análise qualitativa dos espaços públicos de lazer .....	26
<b>5</b>	<b>A RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DE VIDA URBANA E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA CIDADE.....</b>	<b>35</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O significado e a relevância dos espaços públicos têm sido cada vez mais discutidos, uma vez que o discurso de “crise das cidades” e o esvaziamento de seus espaços torna-se cada vez mais evidente com o afastamento, sobretudo da classe média e alta, para ambientes privados e segregados, como shoppings e condomínios fechados, promovendo padrões de convivência e hábitos sociais mais restritos e excludentes (Bezerra; Júnior, 2020). A partir da necessidade de ocupar e humanizar os espaços públicos, em especial aqueles voltados para o lazer, o direito à cidade passou a ter grande relevância no que diz respeito aos debates sobre planejamento urbano, buscando criar cidades mais justas, inclusivas e saudáveis, a fim de garantir ampla acessibilidade a esses ambientes (Bezerra; Júnior, 2020).

Em vista de exemplificar o termo qualidade de vida da população, Souza *et al* (2014) o relaciona à infraestrutura urbana, como acesso à saúde pública, educação, saneamento básico e espaços livres voltados para o lazer. É nesse contexto que as praças públicas e parques urbanos vêm sendo vistos como elementos essenciais para o bem-estar da população, uma vez que seus benefícios interferem diretamente na qualidade de vida.

Como forma de aferir a relação entre os espaços públicos de lazer e a qualidade de vida urbana, o presente trabalho busca responder a seguinte questão: os espaços públicos de lazer na cidade de Rio Claro/SP promovem a qualidade de vida dos seus moradores?

Assim, o estudo objetiva identificar de maneira quantitativa e qualitativa as praças públicas e os parques urbanos presentes no município, analisando as condições e os equipamentos disponíveis nesses espaços, além de apresentar as estratégias de implementação do planejamento urbano a partir dos espaços públicos de lazer e evidenciando, dentro do contexto da cidade de Rio Claro/SP, a realidade presente nos espaços urbanos.

A importância desta pesquisa baseia-se em compreender melhor a complexidade dos espaços públicos, identificando as lacunas existentes entre esses ambientes e a falta de acesso à população, mesmo sendo teoricamente gratuitos, com áreas verdes e que deveriam proporcionar momentos de lazer aos seus usuários.

Para isso, apresentou-se uma revisão bibliográfica, que deu embasamento à pesquisa. Em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados no

estudo e a descrição das análises dos resultados obtidos pela pesquisa de campo.  
Por fim, conclui-se a respeito das evidências encontradas neste estudo.

## 2 METODOLOGIA

O presente trabalho tem como principal objetivo compreender se existe a relação entre os espaços públicos de lazer e a qualidade de vida urbana na cidade de Rio Claro/SP. O procedimento técnico considerado neste estudo foi a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo, tornando sua abordagem de caráter qualitativo.

Considerando tais abordagens, inicialmente foi realizada uma busca nas bases de dados eletrônicas (Google Acadêmico e no Portal de Periódicos Capes), em que se utilizou dos termos Espaços Públicos; Planejamento Urbano; Lazer e Qualidade de Vida para integrar aos conceitos e explicações. A estratégia de busca resultou em diversos artigos, monografias, teses ou dissertações. Por meio da leitura dos títulos, foi excluída grande partes dos estudos, restando apenas aqueles que condiziam com o objetivo deste presente estudo. A ideia foi aproveitar as informações coletadas, em conjunto com os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Geografia, e demonstrar a importância que o planejamento urbano atribui na vida social, em especial quando relacionado com os espaços públicos de lazer.

O levantamento teórico foi fundamental para estabelecer uma base conceitual que abordasse conceitos do planejamento urbano, envolvendo a organização do espaço e a implementação de políticas que garantem o uso adequado dos espaços públicos de lazer e qualidade de vida urbana, relacionada à infraestrutura, acesso a bens e serviços e bem-estar social. Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho se sustenta na compreensão dos espaços públicos de lazer como componentes essenciais do planejamento urbano, uma vez que eles desempenham um papel significativo na promoção do bem-estar populacional, na integração social e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (Agostinho *et al.*, 2022).

Tendo em vista o tema e suas dimensões, foi preciso averiguar, por meio de uma pesquisa de campo, as reais condições existentes dos espaços públicos de lazer do município de Rio Claro/SP. Para isso, utilizou-se do livro “Rio Claro das Praças e Jardins” (Suzuki *et al.*, 2016) como base de análise e para coleta de dados quantitativos. A partir das informações obtidas, ambos os parques urbanos presentes na cidade foram visitados, além de 10 das 126 praças públicas. O estudo teórico foi complementado pela observação empírica durante as visitas de campo, que permitiram identificar as disparidades existentes entre os espaços públicos,

considerando a distribuição desigual dos equipamentos urbanos e as diferenças na qualidade das praças localizadas em áreas centrais e periféricas da cidade. Assim, foi possível analisar e comparar as condições de uso, quais implementos eram oferecidos nesses ambientes e como funcionava a dinâmica entre eles e a população local

### 3 ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER: UMA ANÁLISE CONCEITUAL A PARTIR DO PLANEJAMENTO URBANO

Define-se como espaço público a área da cidade sob propriedade e controle da administração pública, responsável por mantê-lo e assegurar seu uso para todos os cidadãos (Alomá, 2013). Lugar onde é garantido a expressão política e os direitos civis, o espaço público é responsável por conectar pessoas de diversas origens, proporcionando a relação entre o tempo e espaço de maneira democrática (Alomá, 2013). Para Cavalheiro e Nucci (*apud* Freitas, 2019), o espaço público pode ser caracterizado como um local aberto ao público, onde se incorpora diversas práticas sociais, oferecendo atividades voltadas para o lazer e o bem-estar da população, como recreação, atividades físicas, socialização e entretenimento.

Segundo Agostinho *et al.* (2022), os espaços públicos destinados ao lazer, como praças e parques, são componentes essenciais no conceito de espaço público, uma vez que desempenham múltiplas funções, incluindo aspectos ecológicos, de sociabilidade e de lazer. Estes integram-se à conservação dos ecossistemas em níveis municipais e regionais, contribuindo para a formação de sistemas de espaços livres que estabelecem as bases para a ocupação do território, tornando-se fundamental para o desenvolvimento das cidades.

No presente estudo, os espaços públicos de lazer foram categorizados dentro do conceito de parque urbano e praça. A respeito da sua definição, os parques urbanos, em um contexto de cidade marcada por demandas sociais intensas, surgem como uma questão ecológica, que pode ser vista como um registro de interação entre processos naturais e objetivos humanos ao longo do tempo, conforme descrito por Castelnou (2006, p. 53),

A noção de parque associa-se à de uma área extensa, cercada e com elementos naturais; na acepção mais antiga, datada no século X na Inglaterra, destinava-se à caça ou a guarda de animais. Posteriormente, a noção entendeu-se a pastos e bosques ornamentais existentes ao redor das casas de campo. Ao longo do tempo, apresentou-se como outra forma de apropriação do espaço público urbano e como produto direto de uma nova função: o lazer. Hoje, como descreve Kliass (1993), os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados ao lazer e à recreação.

No que se refere às praças, entende-se como “um espaço aberto público cercado de ruas por todos os lados, concebido como espaço intencional de encontros

sociais e atividade de lazer” (Oliveira; Mascaró, 2007). Diferente dos parques urbanos, que visam conectar as pessoas com a paisagem natural, as praças priorizam sua função social como locais de encontros, onde a presença de áreas verdes pode variar. Assim, deve-se considerar os espaços públicos de lazer como um sistema integrado e multifuncional, servindo como garantia de permanência da cidade. Como parte de um conjunto abrangente de espaços livres, aqueles voltados para o lazer formam a estrutura central de organização do espaço urbano (Agostinho *et al*, 2022).

Diante dessa perspectiva, o planejamento urbano surge como uma ferramenta para lidar com as mudanças sociais, políticas e econômicas decorrentes da ascensão da sociedade urbano-industrial. O aumento da urbanização e do crescimento populacional em certas cidades exigiu a implementação de políticas públicas para regular o uso do solo urbano, além de programas habitacionais e infraestrutura urbana adequada (Santos, 2006). Para além dessa conceituação, o planejamento urbano torna-se responsável por lidar com uma visão futura da cidade e necessita de instrumentos urbanísticos, jurídicos e financeiros que permitam direcionar as ações conforme planejado. Embora haja reconhecimento de suas limitações, González (2012) ressalta que a deficiência no planejamento urbano leva a uma diminuição contínua do bem-estar dos moradores, à deterioração das condições de moradia e ao uso indevido dos espaços urbanos.

Matos *et al.* (2020) destacam a necessidade de incorporar os espaços públicos como elemento central no planejamento urbano, enfatizando a importância de garantir a delimitação e preservação dessas áreas em todas as esferas governamentais. Esses locais desempenham um papel crucial na sociedade e no meio ambiente, sendo essencial integrá-los nas estratégias de planejamento e gestão urbana para abordar os desafios decorrentes do crescimento populacional.

Embora o planejamento e a gestão sejam conceitos destinados, Souza (2003) os entende como complementares. Para ele, destaca-se o planejar como algo que remete ao futuro, em que envolve prever a evolução de um fenômeno e a simulação do desenvolvimento de um processo, a fim de antecipar possíveis problemas. Por outro lado, a gestão está relacionada com o presente, envolvendo a administração de uma situação com os recursos disponíveis e considerando as necessidades imediatas (Souza, 2003). Dentro dessa perspectiva, Viana (2018) afirma que o planejamento tem o papel de oferecer suporte à gestão, possibilitando a realização das condições que foram delineadas no passado e que contribuíram para moldar o presente.

Prezando tal ação, o artigo 182, da Constituição Federal, impõe ao Poder Público municipal o dever de assegurar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (Brasil, 1988). Reis *et al* (2016) comentam que, para que o Poder Público desempenhe suas funções de forma eficaz, é necessário que ele planeje suas atividades de maneira a assegurar uma gestão adequada do meio social. Segundo ele, esse planejamento deve ser participativo, garantindo que as políticas urbanas estejam alinhadas com as necessidades e desejos da sociedade.

No alicerce dessa discussão, o Estatuto da Cidade, estabelecido pela Lei 10.257/2001 objetiva assegurar um planejamento adequado das políticas urbanas, garantindo uma gestão eficiente da cidade (Chaves; Vieira, 2021). É a partir dele que se introduz um recurso significativo para o desenvolvimento sustentável do ambiente urbano: o Plano Diretor. Usado como uma ferramenta essencial para orientar a atuação do Poder Público, o Plano Diretor permite aperfeiçoar a organização das atividades futuras na cidade. Por meio deste, é possível combinar a ação do Estado com a participação da sociedade, direcionando as atividades estatais para promover o bem-estar social (Reis; Vinêncio, 2016)

Entre as diversas definições e conceitos atribuídos ao Plano Diretor, Villaça (1999) o compreende como um plano que, após uma análise detalhada da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade e sua região, oferece um conjunto de propostas para orientar o desenvolvimento socioeconômico futuro e a organização espacial dos usos do solo, das infraestruturas e dos elementos essenciais do espaço urbano. Essas propostas são delineadas para diferentes horizontes temporais - curto, médio e longo prazos - e são formalmente aprovadas através de legislação municipal (Villaça, 1999).

Em relação a relevância do Plano Diretor, Monteiro *et al.* (2019, p. 4) comentam:

sua importância se dá principalmente, pelo caráter democrático e inovador em relação ao planejamento urbano, transformando-se na principal estratégia da política urbana, a qual tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Nesse sentido, entende-se o Plano Diretor como uma ferramenta significativa para o ordenamento urbano. Visto como um instrumento que permite a reorganização do tecido geográfico da cidade, garantindo a preservação das áreas públicas, em

especial aquelas voltadas para o lazer, e que contribui no desenvolvimento da cidade (de Almeida; Nunes, 2018).

Segundo Chaves (2021), uma análise integrativa desse plano sugere que o lazer sempre foi considerado um elemento crucial para a qualidade de vida nas cidades. No entanto, após examinar a situação urbana, foi observado que os espaços disponíveis para o lazer são inadequados, enfrentam problemas de manutenção ou estão concentrados em determinados bairros (Chaves, 2021). Segundo Campos *et al* (2016), é comum observar uma distribuição inadequada dos espaços públicos nas cidades, geralmente concentrados nas áreas centrais mais comercialmente atrativas. Isso resulta em uma acessibilidade restrita a esses recursos, privilegiando determinadas localidades e estratos sociais.

No centro dessa discussão, o direito à cidade tem sido amplamente discutido no quesito urbanístico, visando a construção de cidades mais justas, inclusivas e saudáveis, garantindo, assim, plena acessibilidade aos seus espaços públicos (Bezerra; Júnior, 2020). Segundo Lefebvre (2008, p. 134), o direito à cidade:

se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

Bezerra e Júnior (2020) discutem a ideia de que, em qualquer viés proposto para o espaço urbano, independente da renda ou da infraestrutura, é necessário incluir o contexto de bem-estar social, desenvolvimento sustentável e muitos outros aspectos capazes de proporcionar uma relação saudável com os espaços voltados para o lazer, mas que isso não faz parte da realidade de muitos brasileiros. Ainda segundo os autores, entende-se o período atual propício para ponderar a ausência de diálogo que os projetos urbanos têm promovido nas cidades, resultando em situações de afastamento ou desconsideração com os espaços públicos. Nesse sentido, o direito à cidade torna-se essencial na diminuição das “lacunas urbanas e sociais que ainda impedem o pleno acesso (físico e cultural) a todos os serviços e oportunidades urbanas” (Bezerra; Júnior, 2020), incluindo aqui as áreas públicas destinadas ao lazer.

Desse modo, para se compreender a qualidade de vida da sociedade dentro desse contexto, é necessário analisar se essa população está articulada politicamente, se possui acesso a bens e serviços dentro de um cenário socioambiental abrangente, em que aspectos como habitação, alimentação,

remuneração, lazer, entre outros, devem ser considerados (Soares *et al*, 2019). Assim, a qualidade de vida pode ser empregada de maneira unificada, relacionando as necessidades humanas, os contextos individuais e sociais e o desenvolvimento humano (Hogan; Vieira, 1995, *apud* Soares *et al*, 2019).

Diante desses aspectos, é notório a importância do papel do poder público como agente promotor do lazer, em especial para a população mais carente, uma vez que este é responsável pelas políticas de construção, estruturação, conservação e animação dos espaços públicos de lazer, em que as políticas urbanas municipais configuram a elaboração dos planos urbanos até a efetivação das políticas de planejamento (Santos *et al*, 2023). Nesse sentido, Santos *et al* (2023) discutem ser essencial que as administrações públicas considerem a importância de equilibrar o desenvolvimento urbano com a oferta de áreas destinadas ao lazer e interação social. Assim, o planejamento constitui uma ferramenta essencial na organização do espaço urbano, uma vez que direciona iniciativas voltadas para o aprimoramento da qualidade de vida populacional urbana no que se refere ao desenvolvimento dos espaços públicos voltados para o lazer.

#### 4 CONTEXTO LOCAL: A CIDADE DE RIO CLARO

Entende-se por cidade o espaço urbano destinado à convivência social, onde se realizam atividades humanas, enquanto ambiente público dotado de infraestrutura de bens e serviços destinados ao bem-estar dos seus habitantes (Reis; Venâncio, 2016). Nesse sentido, a cidade, vista como o núcleo da vida humana, exige do Estado certa demanda para o desenvolvimento de seus espaços e a garantia dos direitos básicos da população, constituído pelo próprio direito à cidade (Reis *et al*, 2016).

Diante da perspectiva de planejamento, os espaços públicos de lazer são considerados essenciais para a construção do desenho urbano e a produção da cidade, uma vez que esses locais são responsáveis pela manifestação da vida e animação urbana (de Matos, 2010)

A cidade de Rio Claro, foco de análise deste estudo, localiza-se no centro-leste paulista e conta com uma área territorial de 498.42km<sup>2</sup>. Inserido na Região Metropolitana de Piracicaba, o município possui uma população, estimada em 2022, de 201.418 habitantes, com densidade demográfica de 404,11 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). Também conhecida como Cidade Azul, Rio Claro surgiu em 1827, sendo inicialmente desenvolvida como um importante centro agrícola, destacando-se pela produção de café e cana de açúcar. Devido à facilidade de acesso, a cidade tornou-se referência no polo ferroviário, o que favoreceu para seu crescimento econômico e populacional. A construção da ferrovia Companhia Paulista de Estrada de Ferro, ligando Rio Claro a São Carlos e Araraquara, inaugurada em 1976, foi um marco para o desenvolvimento local, consolidando o município como um centro econômico significativo no interior paulista. Desde então, a cidade tem vivenciado um aumento populacional e urbano considerável, expandindo novas áreas, o que, conseqüentemente, resulta na problematização do uso dos espaços.

Em decorrência do processo de urbanização intensivo, o espaço urbano rioclareense apresentou diversas transformações. Assim como a maioria das cidades brasileiras, o crescimento acelerado de Rio Claro/SP ocorreu de maneira desorganizada, provocando graves descuidos socioambientais. A infraestrutura básica já não mais atendia a demanda da população municipal, colaborando para a formação do efeito barreira, tanto social quanto natural, evidente pela morfologia urbana da cidade.

Esse cenário levou o poder público a reconhecer a necessidade de se implementar medidas estruturais direcionadas às demandas populacionais dos novos bairros, evidentes a partir da implementação do planejamento urbano e dos planos diretores. Entretanto, é notório a ineficiência dessas políticas a partir da observação da dinâmica e vivência na cidade, como: deficiência na mobilidade urbana, precariedade do transporte público, enchentes e a escassez de espaços públicos de lazer.

A partir desse contexto, buscou-se averiguar como o planejamento urbano, associado aos interesses da população rioclarense, interfere na construção dos espaços públicos de lazer da cidade e como esses ambientes impactam na qualidade de vida dos seus habitantes.

#### Análise quantitativa dos espaços públicos de lazer

O município de Rio Claro possui hoje cerca de 126 espaços na categoria de praça pública e 2 parques urbanos, totalizando 128 unidades destinadas ao lazer. Conforme a Tabela 1, nota-se que, apesar do número de unidades concentrar-se nas praças públicas, sua ocupação em termos de área é extremamente pequena se comparada aos parques da cidade.

Essa disparidade evidencia certo padrão de distribuição da infraestrutura urbana, em que a predominância de praças em unidades proporciona múltiplos espaços públicos de lazer em menor extensão espalhados pelo município. Enquanto os únicos 2 parques urbanos ocupam áreas extensas e concentradas, porém com grandes espaços de recreação e conservação ambiental.

Tabela 1 - Quantificação dos espaços públicos de lazer conforme sua classificação

<b>Classificação</b>	<b>Unidade - %</b>	<b>Área (ha) - %</b>
Praça	126 - 98,44%	41,56 ha - 1,828%*
Parque	2 - 1,56%	2.231,83 ha - 98,172%
TOTAL	128	2273,39

Fonte: Suzuki et al, 2016

\*29 unidades de praças sem dados de metragem

A fim de realizar uma análise mais aprofundada sobre as dimensões dos espaços, criou-se a Tabela 2, na qual foram estabelecidas três categorias de tamanho no quesito praça. Os números foram estabelecidos a partir do tamanho da quadra padrão do município de Rio Claro/SP, sendo este no valor médio de 400 m<sup>2</sup>. Com isso, as praças foram categorizadas de forma a serem observadas aquelas menores que uma quadra padrão, entre uma e três quadras e aquelas maiores que três quadras.

Dentro do total de 126 praças presentes na cidade de Rio Claro, 29 unidades não possuem dados a respeito da sua área de ocupação. Com isso em vista, para o presente estudo, foram utilizadas apenas as praças com suas respectivas metragens documentadas. Nesse sentido, nota-se que a maioria das praças públicas analisadas possuem tamanho entre uma e três quadras padrão, ou seja, 53 unidades do total de 97. Observa-se também que apenas 5 unidades apresentam tamanho menor que uma quadra padrão, enquanto 39 praças possuem um tamanho maior que três quadras.

Ao analisar a área em metros quadrados ocupadas pelas praças, utilizando a categorização mencionada anteriormente, observa-se que o maior valor está presente nas praças com mais de três quadras, consideradas praças médias; seguido das praças com áreas entre uma e três quadras, podendo ser categorizadas como praças grandes, totalizando aproximadamente 330.000 m<sup>2</sup>. Por fim, as menores praças, com tamanho inferior a uma quadra, com cerca de 1.400 m<sup>2</sup> totais.

Tabela 2 - Quantificação das praças públicas conforme seu dimensionamento

<b>Tamanho</b>	<b>Unidades (Praça)</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>
< 400 m <sup>2</sup>	5	1.371,50 m <sup>2</sup>
Entre 400 e 3.600 m <sup>2</sup>	53	83.409,58 m <sup>2</sup>
> 3.600 m <sup>2</sup>	39	330.844,08 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>	<b>97*</b>	<b>415.625,16 m<sup>2</sup></b>

Fonte: Suzuki et al, 2016

*\*29 unidades de praças sem dados da metragem*

Além disso, também verificou-se a presença de mobiliário nas praças da cidade. A Tabela 3 apresenta as diferentes categorizações, que incluem: bancos, bancos com mesinhas, recreação (aqui está presente espaços como campo de futebol, parquinho infantil e pista de skate), iluminação, lixeira e itens variados (como placa de identificação, ponto de ônibus e banca de jornal).

Um ponto importante a ser destacado é que 14 praças não possuem nenhum tipo de mobiliário, sendo espaços vazios limitados apenas por vegetação. Outra categoria notória é que apenas 6 praças estão equipadas para recreação, sendo um número problemático se comparado as 126 praças que compõem o município. De acordo com a Tabela 3, nota-se que, do número total de praças, 74 possuem iluminação, deixando 52 unidades sem esse requisito básico de utilização.

Dentre os demais itens, a maioria das praças possuem pelo menos bancos, totalizando 90 unidades, além daquelas que possuem também bancos com mesinhas, somando 21 unidades. Outras 13 das demais praças possuem lixeira e 73 possuem itens variados, como placa de identificação, ponto de ônibus ou banca de jornal.

Tabela 3 - Quantificação das praças conforme mobiliário

<b>Mobiliário</b>	<b>Unidades de praças</b>
Nenhum mobiliário/apenas vegetação	14
Bancos	90
Bancos com mesinhas	21
Recreação*	6
Iluminação	74
Lixeira	13
Itens variados**	73

Fonte: Suzuki et al, 2016

\*Espaços como: campo de futebol, pista de skate e parquinho infantil

\*\*Itens como: placa de identificação/ponto de ônibus/banca de jornal

No que diz respeito aos parques urbanos, a cidade possui 2 unidades, sendo eles o Parque Lago Azul, localizado na área norte da cidade, e o Parque Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, abrangendo a zona leste de Rio Claro e uma parte do município de Santa Gertrudes.

De acordo com a Tabela 1, é possível observar que, embora os parques representem apenas 1,56% do número total de unidades de lazer na cidade, são eles que ocupam a maior área em termos de hectares, somando 2.231,83 ha. Desse total,

2.230,53 ha estão distribuídos na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, enquanto 1,3 ha pertencem ao Parque Lago Azul. Apesar dessa discrepância, grande parte do território concentrado na Floresta Estadual é destinado prioritariamente para fins de preservação ambiental, já o espaço contemplado pelo Parque Lago Azul possui sua totalidade direcionada para o lazer.

Em decorrência dessa distinção de uso, a composição desses espaços também torna-se única. Acerca da Floresta Estadual, seu recinto possui a junção entre um grande maciço florestal e itens edificados, podendo ser citado: Museu do Eucalipto, Solar Navarro de Andrade, Solar Amarelo, Capela “Santo Antônio dos Eucaliptos”, Casa da Madeira, Jardim das Palmeiras, Sede Administrativa, Casa dos antigos moradores ou Vila, Centro de Apoio ao Visitante e o Centro de Convivência. Ademais, o parque conta com uma sub-bacia do rio Ribeirão Claro e duas dos córregos Ibitinga e Santo Antônio, além de amplos espaços livres para circulação e uso diverso e trilhas para prática de atividades físicas.

No que se refere ao Parque Lago Azul (Figura 1), o espaço foi construído ao redor do lago que dá nome ao local e é composto por diversos espaços, sendo eles: 4 unidades de academia ao ar livre, uma delas possui equipamentos adaptados para pessoas com deficiência física; 1 quadra de futebol, 1 de basquete e 1 quadra de areia; 1 campo de futebol e 1 campo de futebol *society*; 1 pista de skate; espaço destinado para *gateball*; 3 redários; 1 parquinho infantil com brinquedos lúdicos; espaços abertos para eventos; cantina; diversas áreas de convivência com bancos e mesinhas de concreto, espaço *pet* e também o edifício do Centro Cultural “Roberto Palmari”.

Figura 1 – Fotografia aérea do Parque Lago Azul



Fonte: Gabriel Gouvea, 2020

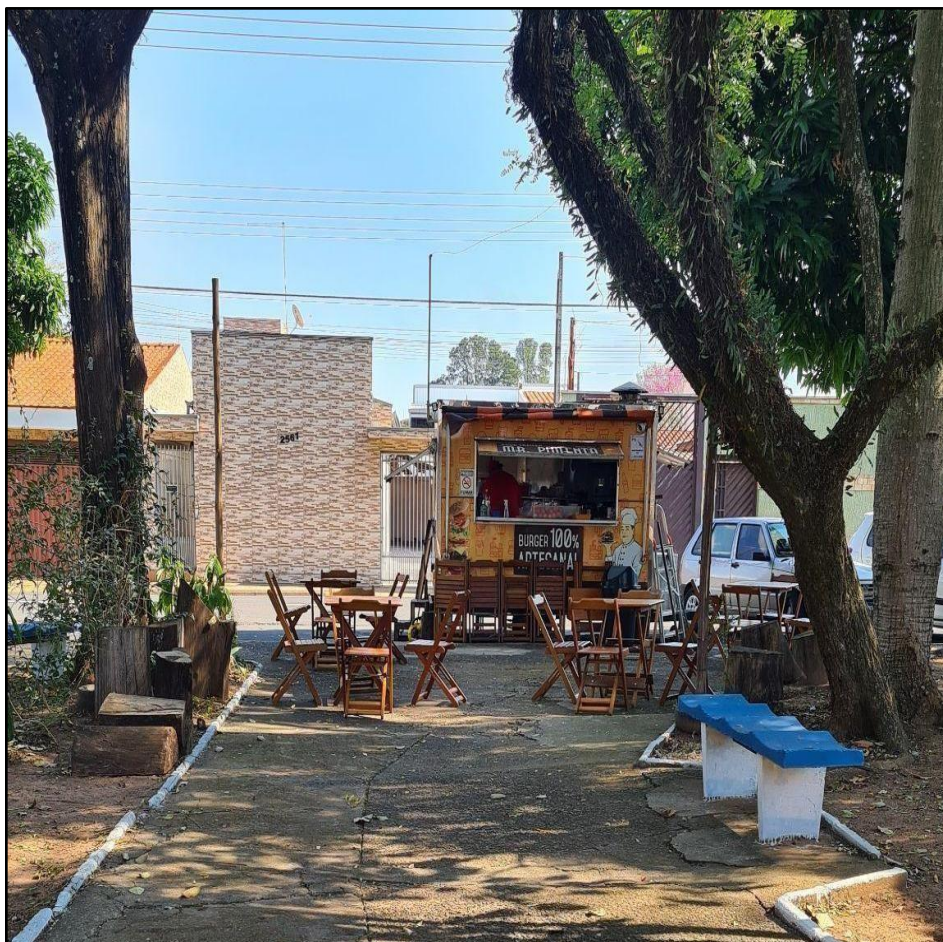
#### Análise qualitativa dos espaços públicos de lazer

Por meio dos dados coletados e apresentados anteriormente a partir do livro “Rio Claro das Praças e Jardins” (Suzuki *et al*, 2016), realizou-se um estudo qualitativo dos espaços públicos de lazer na cidade de Rio Claro/SP, no qual foi possível observar alguns aspectos relevantes como as condições de conservação, manutenção e uso dos espaços públicos de lazer.

No que se refere às praças, constatou-se que, aquelas localizadas nos bairros centrais do município possuem intencionalidade na forma (Agostinho *et al.*, 2022). Tal fato demonstra elaboração arquitetônica, “com preocupações de traçado dos caminhos, composições paisagísticas, localização estratégica de monumentos e chafarizes, cuidados na distribuição dos bancos e da iluminação noturna.” (de Oliveira *et al*, 2007). Sua composição conta com mais equipamentos e até mesmo espaços destinados para apresentações culturais e eventos comunitários. Nota-se certa periodicidade na manutenção do local no que se refere à limpeza e corte da grama. Algumas delas possuem feiras alimentícias e de artesanato durante o dia, e no período noturno são acomodados os carrinhos de *food truck*, sendo utilizadas para instalação de mesas e cadeiras dos estabelecimentos (Figura 2). A presença predominante de

vegetação arbórea e rasteira proporciona a disponibilidade de uso em qualquer período do dia, sem que a exposição solar inviabilize seu usufruto. Tais características possibilitam a permanência da população rioclarense, ocupando os espaços públicos conforme o direito que lhe é assegurado.

Figura 2 - Praça Santana



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Todavia, o quesito acessibilidade está longe de uma avaliação positiva. Apesar da existência de rampas, as superfícies do solo são desniveladas, com parte do piso solto em alguns fragmentos, o que dificulta o deslocamento de deficientes físicos e idosos. Isso contribui com a desvalorização do espaço, impactando negativamente na imagem e organização da cidade perante os residentes (Figura 3). Tal impressão influencia diretamente na relação afetiva e cognitiva da sociedade com a cidade (Camara *et al*, 2022).

Figura 3 - Praça Ruy Ladislau e Praça Prof. Dr. João Dias da Silva



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Já nos locais mais afastados em relação ao centro urbano, notou-se que as praças não apresentam áreas extensas, resultando de “sobras do tecido urbano no processo de parcelamento do solo” (Agostinho *et al*, 2022). Muitas não apresentam equipamentos básicos, como iluminação ou bancos (Figura 4). Aqueles existentes geralmente estão em más condições de uso, com falta de manutenção na pintura, no piso e na poda das áreas gramadas. Não se percebe nenhum tipo de intencionalidade no planejamento desses locais, uma vez que não há conectividade com o bairro e nem uma boa integração com a sociedade. Nesse sentido, as praças periféricas são pouco utilizadas, sendo abandonadas até mesmo pelo poder público, facilitando a

degradação e o uso indevido desses ambientes, empregados como ponto de criminalidade.

Figura 4 - Praça localizada na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Além disso, a falta de vegetação arbórea contribui para esse cenário de pouca acessibilidade (Figura 5). Tendo em vista que não há pontos de sombreamento, a utilização desses espaços torna-se inviabilizada nos períodos de maior insolação. Esse aspecto impõe à sociedade horários seletivos de uso das praças, contrariando uma das principais características desses ambientes de lazer, que é o acesso ilimitado 24 horas por dia. Outro ponto a ser destacado é que, embora o período noturno seja mais agradável para sua utilização, muitas dessas praças não possuem iluminação direcionada capaz de manter toda sua extensão com boa luminosidade. Assim, constata-se que as praças periféricas, ao invés de melhorar a qualidade urbana ao seu redor, acabam tendo o efeito oposto, contribuindo para a desvalorização e criminalização dos bairros em que estão localizadas.

Figura 5 - Praça Aderval Gonçalves



Fonte: elaborado pela autora (2024)

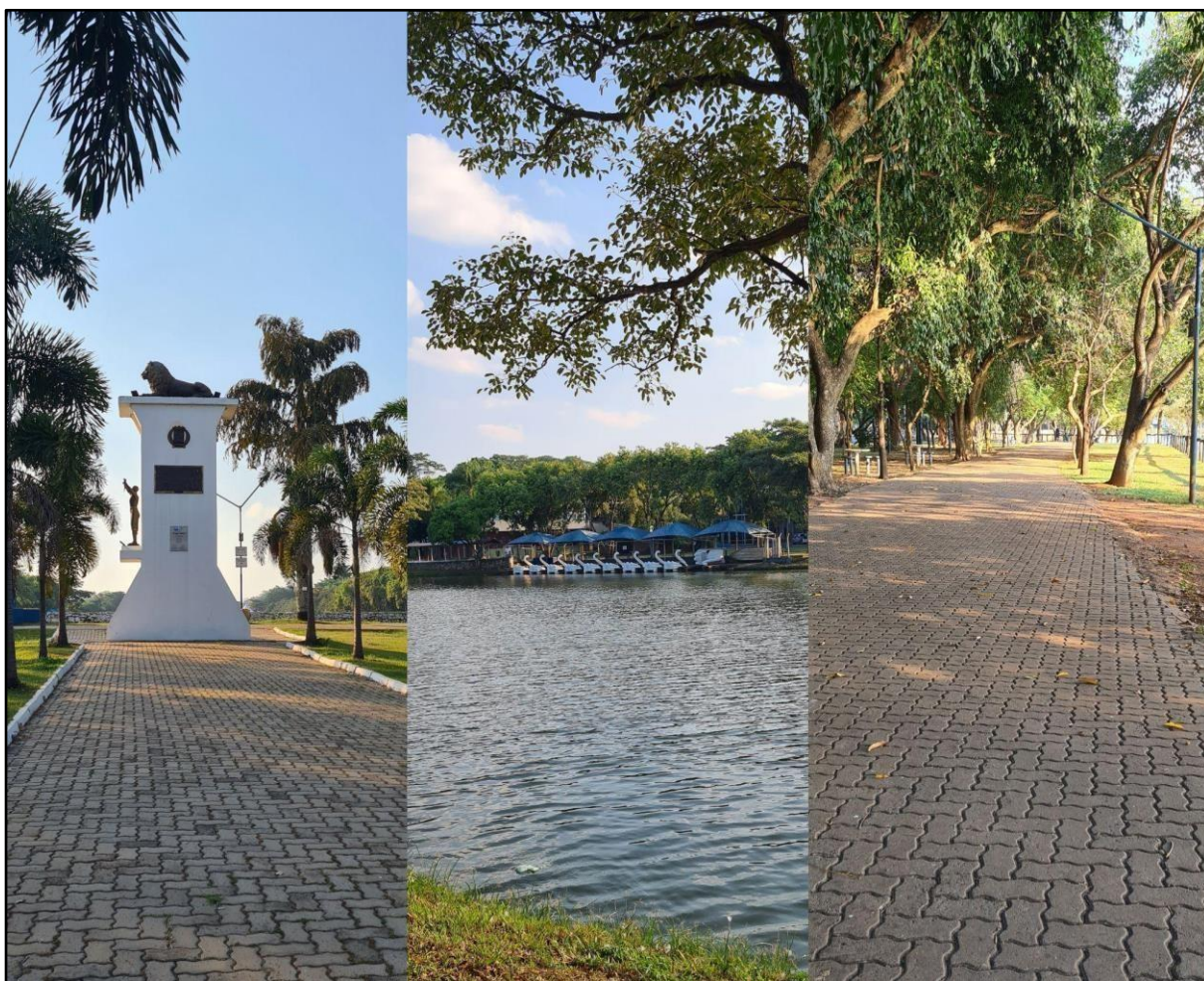
Quanto aos parques urbanos, o espaço que contempla o Lago Azul é repleto de áreas direcionadas para o lazer e a coletividade, podendo ser classificados em seis categorias: interesses físico-esportivos, artísticos, manuais intelectuais, sociais e turísticos (Marcellino, 2002). Assim, percebe-se um espaço completo e adequado diante da dimensão e das propensões específicas de cada usuário. A presença de espaços voltados para a prática esportiva, como campo de futebol, pista de skate, quadra de basquete, circuito de caminhadas e os equipamentos das academias ao ar livre demonstram certa variedade de afazeres em um mesmo ambiente. Ademais, as áreas voltadas para as crianças, como o parquinho infantil, os redários, as mesinhas e banquinhos de concreto, espaço pet e os espaços livres, que podem ser usados para eventos, propõe um “lugar de exploração das potencialidades individuais e coletivas da cidadania.” (Sarti *et al*, 2008).

Além disso, o parque contempla o Centro Cultural, situado na parte oeste do espaço. O local é muito utilizado para eventos e exposições culturais, como shows, teatros e demais espetáculos. Sua área abriga a Biblioteca Municipal e uma casa de

shows, o que reforça as manifestações artísticas dentro dos interesses intelectuais da população. Tais manifestações de lazer que o parque proporciona exemplifica a necessidade das pessoas em interagir socialmente, em se conectar, construir e fortalecer laços relacionais (Sarti *et al*, 2008)

O lago, que dá o nome do parque, ocupa boa parte de sua extensão e proporciona o pedalinho, atividade essa que requer pagamento, diferente das demais atrações presentes no espaço. No quesito vegetação, o parque apresenta cobertura vegetal arbórea e rasteira em abundância, facilitando a permanência dos usuários em qualquer horário do dia. Todavia, diferente das praças, que ficam disponíveis para uso a qualquer momento, os parques urbanos são áreas com funcionamento restrito. No caso do Lago Azul, a abertura dos portões ocorre todos os dias, das 7h às 21h. Considerando que a maior parte da população está trabalhando nos dias comerciais, essa restrição torna seu uso viável apenas aos finais de semana (Figura 6).

Figura 6 - Parque Lago Azul



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Tendo em vista o alto nível de rotatividade de pessoas, já que o parque atrai o interesse de diferentes públicos, de diversos bairros da cidade e até mesmo das cidades vizinhas, algumas questões estruturais devem ser revisadas. Com exceção do portão principal, que apresenta uma estrutura atrativa, o parque conta com entradas pouco convidativas, quase que despercebidas aos olhos do público. A falta de informações a respeito das atividades oferecidas também desestimula o aproveitamento pleno das opções disponíveis.

É notório a falta de manutenção na infraestrutura do parque. Os equipamentos das academias ao ar livre encontram-se em más condições de uso. Alguns estão totalmente quebrados, outros apenas estão tomados pela ferrugem, mas ambos demonstram o abandono e a degradação do local. Pichações, pilhas de lixos, falta de pintura, irregularidades no piso, bancos, mesas e brinquedos quebrados e até mesmo alguns espaços abandonados colaboram para uma percepção depreciativa e negativa do ambiente (Figura 7).

Figura 7 - Infraestrutura Parque Lago Azul



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Apesar disso, o Parque Lago Azul contribui de maneira significativa em assegurar à sociedade o direito de poder acessar espaços destinados ao lazer de maneira gratuita e de qualidade. Para Camara *et al* (2022), os espaços públicos de lazer não são apenas considerados bens do Estado, mas também uma propriedade de usufruto da população local, uma garantia do direito à cidade, onde ocorre troca e convívio coletivo, podendo determinar intensamente o comportamento dos cidadãos. Assim, percebe-se que o Parque Lago Azul colabora significativamente na qualidade de vida e no lazer da população rioclareense.

A floresta Estadual, assim como o Lago Azul, é considerada um parque urbano da cidade. Sua entrada também é restrita, podendo os visitantes ter acesso de Terça-Feira a Domingo, das 7h às 17h30. Por seu horário de funcionamento ser considerado comercial, boa parte da população utiliza o espaço aos finais de semana, deixando o local quase vazio durante os demais dias.

Por se tratar de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável desde 2002, grande parte da extensão do parque abriga vastas áreas cercadas por árvores e diversas vegetações (Figura 8). Nomeado anteriormente como Horto Florestal, o parque foi criado a fim de suprir as demandas de madeira da época. Foi abrigo para centenas de espécies de eucalipto, plantados pela primeira vez em solo brasileiro. Hoje, o local conta com o Museu do Eucalipto (Figura 9), no qual é possível conhecer e assimilar toda sua história. Além disso, o espaço conta com trilhas ecológicas, que podem ser realizadas de bicicletas ou por caminhadas. Casarões históricos, a igreja de Santo Antônio, o lago das nascentes dos córregos Ibitinga e Santo Antônio e outros diversos espaços de convivência também compõem o cenário de lazer.

Em oposição ao parque Lago Azul, a Floresta Estadual não possui equipamentos nem ambientes totalmente destinados ao lazer de maneira óbvia. Essa assimilaridade necessita, por parte dos usuários, de criatividade para compreender o ambiente histórico, sua composição majoritariamente verde e vastos espaços livres. Tal característica pode ser vista de maneira pouco atrativa, uma vez que muitos turistas visitam o local com certa expectativa de encontrar atividades recreativas explícitas. Todavia, aqueles que visitam o local com certa frequência, possuem vantagem em poder contemplar e usufruir desse espaço repleto de diferentes composições paisagísticas e com tanto contato com a natureza

Figura 8 - Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade



Fonte: Jornal Cidade (2022)

Figura 9 - Museu do Eucalipto



Fonte: Fundação Florestal

De maneira geral, é possível concluir que, embora o lazer deva ser a principal característica dos espaços públicos analisados, esses locais apresentam certa desigualdade quanto ao envolvimento social, infraestrutura e acesso, interferindo negativamente na qualidade de vida populacional.

Com relação às praças, em especial aquelas localizadas em bairros suburbanos, apresentam boa parte da sua estrutura ultrapassada, sem que haja intencionalidade na forma e no seu uso. Aquelas que proporcionam minimamente lazer aos moradores, tendem a ser seletivas no acesso, uma vez que grande parte da população vive longe do centro da cidade.

Já os parques urbanos, apesar de apresentarem estrutura e intencionalidade direcionada ao entretenimento, seu acesso restrito e pouco atrativo dificulta o exercício do lazer, uma vez que ambos os locais não apresentam um nível de recreação capaz de fazer com que os cidadãos se interessem. Tal assimilação levanta um alerta sobre a cidade, que perde atrativos capazes de envolver seus moradores e proporcionar o direito básico de exercer a cidadania nos espaços públicos.

## 5 A RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DE VIDA URBANA E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NA CIDADE

O termo “qualidade de vida” pode ser entendido de diversas maneiras, considerado um conceito complexo dentro das dimensões que envolvem a saúde física, o estado psicológico, condições de vida, relações sociais e situações econômicas (Ruidiaz-Gómez; Cacante-Caballero 2021). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), qualidade de vida define-se como “a percepção que um indivíduo tem de seu lugar na existência, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive em relação às suas expectativas, normas e preocupações”. Apesar dessa noção subjetiva, a necessidade de avaliar e reconhecer as dinâmicas e os ambientes que afetam o bem-estar do indivíduo, fez com que esse conceito fosse explorado em diferentes contextos.

É a partir da revolução industrial, diante do desenvolvimento social desigual crescente e a intensa urbanização que desperta o interesse por parte das ciências econômicas e políticas, em medir a realidade dos países, a fim de compreender o bem-estar populacional (Ruidiaz-Gómez; Cacante-Caballero, 2021). Surge, então, o conceito de qualidade de vida, relacionado com o mundo social, no qual as condições e a satisfação pessoal são vistas como recursos materiais que contribuem para uma vida agradável, digna e valiosa (Gómez, 2000).

Em outra perspectiva, o termo pode ser entendido de duas maneiras: a individual ou a coletiva. A primeira está associada com a compreensão da vida, da felicidade e demais aspectos subjetivos que tornam a vida íntegra. Enquanto a segunda destaca a importância de compreender o contexto cultural que o indivíduo está inserido, pois é nesse ambiente que se estabelece as responsabilidades éticas correspondentes aos eventos da vida cotidiana (Ruidiaz-Gómez; Cacante-Caballero, 2021). Nesse cenário, a qualidade de vida se estabelece nas circunstâncias externas e materiais como renda familiar, emprego, moradia, características do bairro e acesso aos serviços públicos, além do conjunto das experiências humanas, que compreende as realizações e felicidade pessoal (Navarro; Yruela, 2019).

Segundo dos Santos *et al* (2023), o lazer também passa a ser incorporado de maneira significativa no entendimento da qualidade de vida dos indivíduos, tendo em vista o papel das cidades em oferecer alternativas de espaços públicos de lazer aos seus moradores (Lima, 2006). Nos últimos anos, o lazer começou a ser visto como

uma necessidade social, relacionado à busca por cidadania e participação cultural, em que compreende uma produção simbólica que engloba diversos modos de agir, interagir, ser e contribuir para o desenvolvimento da vida social (Macedo, 1979 *apud* Constâncio, 2021). Assim, o bom desenvolvimento das cidades está cada vez mais vinculado às condições de seus espaços públicos, tornando-se essenciais para que o ambiente urbano melhore a qualidade de vida de seus moradores (Constâncio, 2021). Tendo em vista a qualidade desses espaços, é notório certa evolução na criação dos ambientes públicos de lazer, uma vez que esses locais eram considerados secundários nas áreas urbanas e hoje são fundamentais para o desenvolvimento das cidades e sua integração com os habitantes (Baratto, 2013). De acordo com Zapata (2018), o investimento em áreas de lazer eleva a qualidade de vida social, além de ajudar com a saúde pública e, assim, evitar gastos futuros. Esses locais, como praças públicas e parques urbanos, contemplam a população com espaços voltados para a realização de atividades físicas e entretenimento. Os benefícios são psicológicos, sociais e físicos, proporcionando relaxamento e recreação. A prática de atividades esportivas, como uma simples caminhada ajuda a prevenir inúmeras doenças, como sedentarismo, problemas cardiovasculares e depressão, além de ajudar no combate ao estresse e à ansiedade (Zapata, 2018).

Nesse sentido, entende-se que os espaços públicos ao ar livre, com áreas verdes voltadas para o lazer, proporcionam diversos benefícios para a qualidade de vida, em que há a realização de práticas sociais, atividades de lazer e manifestações comunitárias, promovendo a interação e o convívio entre as pessoas (Camara *et al*, 2022). Alguns estudos demonstram a satisfação dos frequentadores das praças e parques urbanos, em que abordam os aspectos positivos desses locais em proporcionar o acesso livre à natureza, atividades recreativas e o lazer passivo, causando o bem-estar de maneira integral (Soares *et al*, 2019). A partir desse entendimento, conclui-se que:

Os espaços públicos abertos de lazer trazem inúmeros benefícios para a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano, entre eles a possibilidade do acontecimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas. Além disso, a vegetação que geralmente está presente nesses espaços favorece psicologicamente o bem-estar do homem, além de influenciar no microclima mediante a amenização da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes, além de incrementar a biodiversidade. (OLIVEIRA e MASCARÓ, 2007, p. 60).

Nesse sentido, torna-se evidente o papel exercido pelas praças e parques públicos voltados para o lazer. Esses são considerados partes integrantes do meio urbano e dispõem de diversas finalidades, sejam elas ecológicas, de sociabilidade ou física. Para Agostinho *et al* (2022), os espaços públicos de lazer constituem os conjuntos de espaços livres, formando a base para a ocupação do território. Considerados “democráticos e fundamentais para as relações de sociabilidade no espaço urbano” (Agostinho *et al*, 2022, p. 79), as praças e parques urbanos satisfazem as necessidades humanas de lazer, oferecendo um leque de atividades, em diferentes escalas na cidade, abrangendo o maior número de usuários possível (Candeira, 1999 *apud* Agostinho *et al*, 2022).

Simultaneamente a essa perspectiva, em que os espaços públicos são desejados e reivindicados pela sociedade, é preciso identificar as contradições referentes ao planejamento urbano de Rio Claro/SP, onde se identifica fragilidades em relação às áreas de lazer. Apesar do município possuir 128 unidades destinadas a esse viés, poucos desses locais são devidamente equipados e acessíveis ao público de maneira equitativa. Para Oliveira(2007), o poder público assume estratégias superficiais ao implementar espaços inapropriados e sem as devidas infraestruturas que caracterizam os ambientes de lazer, a fim de camuflar a falta de investimentos e planejamento adequado da cidade. Nesse sentido, é necessário compreender os demais atributos que colaboram para a apropriação desses locais pela sociedade, levando em consideração a construção de espaços que atendam as reais necessidades de seus frequentadores (Silva, et al, 2013)

Para Indovina (2002), o mundo moderno causou algumas mudanças no uso e na apropriação do espaço público, implicando em algumas intervenções que prejudicam a funcionalidade desses locais. Segundo o autor, questões como a deficiência na sociabilização e a substituição das praças e parques urbanos como pontos de encontro pela dimensão eletrônica colaboram com a fragmentação desses espaços. Nesse cenário, nota-se um possível regresso dos espaços públicos, sendo interpretado por Gomes (2002) como um “recuo da cidadania”, tendo em vista o aumento significativo das propriedades privadas nos espaços comuns, a distopia relacionado ao pertencimento territorial e o isolamento da vida social na cidade em decorrência das facilidades eletrônicas (Bezerra; Júnior, 2020).

Entretanto, isso não significa o fim desses locais, apenas uma transformação no tipo de uso (Caldeira, 2000). Para Santos (2012), a proximidade física entre os

moradores da cidade e sua interação ainda torna-se necessária para a preservação da estrutura social. Diante da realidade atual e após um momento pandêmico, nota-se certo desejo em desfrutar de cidades “vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis” (Londe; Mendonça, 2014). Ao planejar qualquer tipo de espaço urbano destinado ao lazer é fundamental considerar o bem-estar social, o desenvolvimento sustentável e demais fatores que promovam uma relação saudável com o ambiente, em especial às áreas abertas, verdes, seguras, inclusivas e acessíveis (Bezerra; Júnior, 2020). No que diz respeito ao lazer nas cidades, os espaços públicos são locais significativos que contemplam uma ampla variedade de atividades para diferentes públicos e de fácil acesso, sendo um elemento chave para a socialização urbana e para a qualidade ambiental. Somente assim, compreendendo o valor das praças e parques públicos para a cidade e para a vida urbana é se pode assegurar a qualidade de vida de seus habitantes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou entender a relação entre a qualidade de vida urbana e os espaços públicos de lazer na cidade de Rio Claro/SP, em especial as praças e os parques urbanos, a partir de uma análise do planejamento urbano e as condições quali-quantitativas desses locais.

Compreende-se que as praças e os parques urbanos são locais de convívio e trocas sociais, trazendo inúmeros benefícios para seus usuários a partir das práticas esportivas, atividades de lazer, recreação, contemplações culturais e convivência. O acréscimo de áreas verdes favorece a saúde psicológica e o clima urbano, reduzindo os efeitos negativos dos poluentes ambientais. No entanto, é preciso considerar a distribuição desses locais pela cidade, suas condições de uso e se realmente atendem toda a população de maneira justa e democrática.

Diante desse cenário, a cidade de Rio Claro/SP possui uma quantidade relevante de praças distribuídas pelo perímetro urbano, mas não de maneira regular, prejudicando a oferta de lazer em alguns bairros municipais. Quanto ao estado de conservação desses ambientes, muitos apresentam falta de manutenção nos equipamentos, limpeza inadequada, ausência de cuidados com a grama e falta de acessibilidade pelo terreno. Além disso, a forma de uso desses espaços é notória pela falta de planejamento, uma vez que muitos são inutilizados pela população, muito em decorrência das mudanças sociais, mas também pela falta de investimento municipal em oferecer melhores condições de lazer.

Já a respeito dos parques urbanos, ambos apresentam vantagens em relação à metragem e a oferta de atividades. Apesar disso, o Parque Lago Azul também demonstra falta de investimentos públicos, visto que suas condições de uso estão precárias. Enquanto a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade atende aos requisitos de lazer ao ar livre proposto, mas sem ofertar demais atribuições.

Assim, esse estudo pretende ter relevância em apresentar as condições existentes dos espaços públicos de lazer, a fim de relacionar com a dinâmica populacional e, então, entender os reais benefícios que as praças e os parques urbanos têm causado na qualidade de vida dos cidadãos rioclaresenses. Cabe ressaltar a necessidade de contextualizar o novo modo de uso desses espaços perante as modernizações das cidades e das relações humanas, em vista de promover o planejamento urbano eficiente e certo.

Acerca das limitações presentes neste estudo, ressalta-se a falta de dados atualizados por parte da prefeitura municipal sobre os espaços públicos de lazer, em especial os parques urbanos. Nesse caso, recomenda-se mais pesquisas de campo na área, além da colaboração das autoridades locais para garantir a atualização e a disponibilização de seus dados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Maria da Graça; DUARTE, Ana Alice Miranda; GROSBELLI, Thais. Estudo sobre os espaços públicos de lazer na área continental de Florianópolis. Paisagens Híbridas, v. 2, n. 1, p. 74-89, 2022.

ALOMÁ, Patricia Rodriguez. O espaço público, esse protagonista da cidade. Publicado em 19 de Dez. de 2013. ArchDaily Brasil. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>. Acesso em: 2024.

BARATTO, Romullo. 12 critérios para determinar um bom espaço público. Publicado em 20 de mai. de 2013. ArchDaily Brasil. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/115308/12-criterios-para-determinar-um-bom-espaco-publico>. Acesso em: 24 de maio de 2024.

BEZERRA, Mariana Andrade; JÚNIOR, Moisés Ferreira Cunha. Cidades, espaços públicos e comportamento: discussões sobre o cenário urbano no contexto de pandemia global. Observatório das Metrôpoles, 11 de jun. de 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/cidades-espacos-publicos-e-comportamento-discussoes-sobre-o-cenario-urbano-no-contexto-de-pandemia-global/>.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMPOS, Karina Cozer; GHISI, Tatiana Cristina Schneider; POKRYWIECKI, Ticiane Sauer. Análise da infraestrutura dos espaços urbanos com enfoque nas áreas de lazer. 10º Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental, Porto Alegre, 2016.

CAMARA, Inara Pagnussat; SECCO, Rafaela Hubler; FERNANDES, Gustavo; BIASI, Juliana Aparecida. Análise da qualidade de vida urbana sob a perspectiva dos espaços públicos de lazer em Videira, SC. PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção, Campinas, SP, v. 13, 2022.

CASTELNOU, Antônio Manuel Nunes. Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, dez. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2kSAJMN>. Acesso em: 20 maio 2024.

CHAVES, Sammya Vanessa Vieira; VIEIRA, Valdira de Caldas Birto. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades: Uma análise do plano diretor de ordenamento territorial de Teresina (PDOT). REVISTA EQUADOR, v. 10, n. 3, p. 103-123, 2021.

CONSTÂNCIO, Gabriel Vinícius de Araújo. A importância de áreas de lazer nas cidades do interior. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Universitário de Manhuaçu e região, Manhuaçu, 2021.

DE ALMEIDA, Juscidalva Rodrigues; NUNES, Adriana Cristina da Silva. Planejamento urbano: uma abordagem sistêmica da interferência das áreas verdes na definição da

qualidade de vida. Paisagem e Ambiente, n. 41, p. 187-210, 2018.

DE MATOS, Fátima Loureiro. Espaços Públicos e Qualidade de Vida nas Cidades: o caso da cidade do Porto. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v. 2, n. 4, p. 17-33, jul. 2010.

DE OLIVEIRA, Lucimara Albieri; MASCARÓ, Juan José. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. Ambiente Construído, v. 7, n. 2, p. 59-69, 2007.

DOS SANTOS, Laudenides Pontes; VIEIRA, Adriana Silva; DE MEDEIROS, Kevin Anderson Vieira. Espaços Públicos de Lazer nas Cidades: criação de espaços públicos na cidade de Teresina - PI no período compreendido entre 2014 e 2019. Caminhos da Geografia, Uberlândia-MG, v. 24, n. 92, p. 258-274, abr. 2023.

FREITAS, Tatiana Carvalho de. Espaços livres urbanos públicos de lazer: análise espacial com ênfase no planejamento urbano e políticas públicas para a promoção da saúde. 2019. 69 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, 2019.

GONZÁLEZ, Diego Sánchez. Aproximaciones a los conflictos sociales y propuestas sostenibles de urbanismo y ordenación del territorio en México. Revista de Estudios Sociales, n. 42, p. 40-56, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81523235005>. Acesso em: 24 de jun. 2024.

GOUVÊA, Gabriel. Parque Municipal Lago Azul reabre com pedalinhas, redários e internet. Grupo Rio Claro SP, Rio Claro, 29 out. de 2020. Disponível em: <https://www.gruporioclarosp.com.br/2020/10/29/parque-municipal-lago-azul-reabre-com-pedalinhas-redarios-e-internet-gratuita/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/rio-claro.html>. Acesso em: 18 jun. 2024.

INDOVINA, Francesco. O Espaço Público: tópicos sobre a sua mudança. Cidades, comunidades e territórios, n. 5, 2002.

LEFREVRE, Henri. Direito à cidade. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, Francisca Lidiane de Sousa. Rupturas, permanências e vivências cotidianas: o bairro Mafuá de 1970 a 1990. Orientadora: Wilza Gomes Reis Lopes. Teresina, 2006. Dissertação (Mestrado). UFPI, 111 p.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDONÇA, Mauro das Graças. Espaços livres públicos: relações entre o meio ambiente, função social e mobilidade urbana. Caminhos da Geografia, Uberlândia, v. 14, n. 49, p. 138-151, mar. 2014.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do lazer: uma introdução. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

MATOS, Karenina Cardoso; FALCÃO, Ana Luíza Soares; LOPES, Wilza Gomes Reis; SANTIAGO, Denise Rodrigues; SAMPAIO, Ingrid Mendes Ribeiro. Importância dos

planos urbanísticos e espaços livres para a sustentabilidade urbana: estudo na Cidade de Teresina, Piauí. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 10, p. 1-33, 2020.

MONTEIRO, Rayane Portela; CARVALHO, Caroline Arabela Leão; MARTINS, Brenda Rachel Soares; JUNIOR, José Hamilton Lopes. Planejamento urbano: uma análise de Teresina sob a ótica dos planos diretores. In: XVIII ENANPUR. Anais [...]. Natal, 2019. ISSN 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1147>. Acesso em: 20 abr. 2024.

NAVARRO, C. J.; YRUELA, Y. M. P. Qualidade de vida e mudança social. Da polarização social à axiológica na sociedade andaluza. *International Journal of Sociology*, v. 58, n. 26, p. 5-38, 2019.

REIS, Émilien Vilas Boas; VENÂNCIO, Stephanie Rodrigues. O direito à cidade e a participação popular no planejamento urbano municipal. *Direito e Desenvolvimento*, v. 7, n. 2, p. 222-247, 2016.

RUIDIAZ-GÓMEZ, Keydis Sulay; CACANTE-CABALLERO, Jasmin Viviana. Desenvolvimento histórico do conceito de Qualidade de Vida: uma revisão da literatura. *Revista Ciencia y cuidado*, v. 18, n. 3, p. 86-99, 2021.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Planejamento urbano: para quê e para quem? *Revista de Direito da Cidade*, v. 1, n. 1, p. 51-94, 2006.

SARTI, Antônio Carlos; MAURO, Laura Maria; MOITA, Luciana Rossi. A hospitalidade em espaço público de lazer: o Parque Municipal Lago Azul-Rio Claro, SP. In: V Seminário ANPTUR, 2008. Belo Horizonte, MG, 2008. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/57.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOARES, Aline; MACHADO, Fernanda; GULARTE, Yohana; BORGES, Deisi Viviani Becker. Importância dos parques urbanos para promoção da qualidade de vida dos indivíduos. *Disciplinarum Scientia – Sociais Aplicadas*, v. 15, n. 2, p. 243-257, 2019.

SUZUKI, Carolina Hirai; PERINOTTO, Consuelo Carolina; RESECK, Ivo; CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; LUZ, Milton José Hussni Machado. *Rio Claro das Praças e Jardins*. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Phábrica, 2016.

VILLAÇA, Flávio. *Dilemas do Plano Diretor. O município do séc. XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, p. 237-247, 1999.

WHO – World Health Organization. *Quality of life assessment. An annotated bibliography*, 1994.

ZAPATA, Emiliano. *Importância de áreas de lazer para a qualidade de vida*. São Paulo: Moradia, 2018.